

AUTOGESTÃO DURANTE O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS: O CASO DAS OPERÁRIAS NA FÁBRICA SOGANTAL (1974-1976)

 Pâmela Cabreira*

Resumo¹

A autogestão enquanto forma de resistência foi largamente adotada durante o período revolucionário português, com uma incidência determinante no setor têxtil/confecções. O objetivo deste artigo é demonstrar e compreender a organização das operárias na fábrica Sogantal durante sua autogestão, buscando enfatizar características e atributos relevantes na relação entre classe e gênero. Metodologicamente analisamos fontes primárias, sobretudo da imprensa, comunicados e jornais produzidos pelas trabalhadoras. Nossa conclusão é que a organização das mulheres da Sogantal representou um exemplo na luta operária desenvolvida durante o período e que contribuiu para converter o trabalho alienado em uma forma de criação coletiva, com uma forte partilha de experiências e solidariedade entre trabalhadoras.

Palavras-chave: 25 de Abril de 1974, Sogantal, autogestão, mulheres operárias, Portugal.

Abstract

Self-management during the Portuguese Revolutionary Period: The case of the women workers at the Sogantal factory (1974-1976)

Self-management as a form of resistance was widely adopted during the Portuguese revolutionary period, with a decisive impact on the textile/clothing sector. The aim of this article is to present and understand the organization of the workers at the Sogantal factory during their self-management period, seeking to emphasize relevant characteristics and attributes in the relationship between class and gender. Methodologically, we analyzed primary sources, mainly from the press, communiqués and newspapers produced by the women workers. Our conclusion is that the organization of the women of Sogantal repre-

* Instituto de História Contemporânea (IHC)/Universidade Nova de Lisboa, 1099-085 Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Colégio Almada Negreiros, Sala 327, Campus de Campolide da NOVA, 1099-085 Lisboa, Portugal.

Endereço eletrônico: cabreiraperes@gmail.com

¹ Este trabalho tem como base a seguinte tese de doutoramento: Cabreira, Pâmela Peres. 2024. "Operárias em luta: reivindicações e resistência nas fábricas durante o PREC (1974-1975)." Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

sented an example in the workers' struggle developed during the period and that it contributed to converting alienated work into a form of collective creation, with a strong sharing of experiences and solidarity between workers.

Keywords: 25 April 1974, Sogantal, self-management, women workers, Portugal.

Résumé

L'autogestion pendant la période révolutionnaire portugaise : le cas des ouvrières de l'usine de Sogantal (1974-1976)

L'autogestion comme forme de résistance a été largement adoptée pendant la période révolutionnaire portugaise, avec un impact décisif sur le secteur du textile et de l'habillement. L'objectif de cet article est de démontrer et de comprendre l'organisation des ouvrières de l'usine Sogantal pendant leur autogestion, en cherchant à souligner les caractéristiques et les attributs pertinents dans la relation entre la classe et le genre. Sur le plan méthodologique, nous avons analysé des sources primaires, principalement la presse, les communiqués et les journaux produits par les ouvrières. Notre conclusion est que l'organisation des femmes de Sogantal a représenté un exemple dans la lutte ouvrière développée pendant la période et qu'elle a contribué à convertir le travail aliéné en une forme de création collective, avec un fort partage d'expériences et de solidarité entre les travailleurs.

Mots-clés: 25 avril 1974, Sogantal, autogestion, femmes travailleuses, Portugal.

1. Introdução – “Nenhum pássaro voa só com uma asa”

Liberdade é pouco. O que desejo ainda não tem nome.

Clarice Lispector, *Perto do Coração Selvagem*, 1943

Para Christopher Dejours, “trabalhar, não é somente produzir ou fabricar, não é apenas transformar o mundo, é também transformar-se a si próprio, produzir-se a si mesmo” (2011). Se considerarmos que é por meio do trabalho que se condicionam as transformações subjetivas do sujeito, podemos afirmar que é através da luta reivindicativa – manifestação objetiva da integração nas condições laborais – que as relações sociais de género e classe são (re)construídas e moldadas (Kergoat 2018, 95) através do trabalho não alienado. O caso da fábrica Sogantal parece-nos representativo na compreensão deste processo.

A pequena multinacional, pertencente ao grupo francês Lamont, estava localizada no Montijo, na margem sul do rio Tejo. Especializada no setor de confecção de fatos de treino, encontrava-se rodeada por diversas outras fábricas do mesmo setor, bem como outras dedicadas à produção de cerâmica, alimentos e cortiça. Os homens que ocupavam cargos na instalação fabril eram o administrador, português, e o diretor, francês. As operárias recebiam os tecidos moldados e cortados por trabalhadoras de uma fábrica francesa. Encarregavam-se da confecção que era reexportada para França, evidenciando o quão lucrativo era o uso da força de trabalho destas mulheres, resultado da política ditatorial que providenciava incentivos às multinacionais e baixos encargos laborais.

Estamos a falar de 48 operárias bastante jovens, com idades compreendidas entre os 13 e os 24 anos.² Até ao 25 de Abril de 1974, recebiam salários que variavam entre os 1.040 a 1.600 escudos. Além disso, metade dessas operárias já era casada (Sousa e Palla 1974). Devido aos custos de habitação nas imediações do Montijo, que oscilavam em média de 1.000 a 3.000 escudos, muitas delas habitavam com os sogros ou com os pais e, como muitos deles ainda trabalhavam, tornava-se necessário o pagamento de amas – em torno dos 400 escudos mensais – para o cuidado dos/as filhos/as (Palla 1979, 160). Adicionalmente, muitos maridos estavam a cumprir o serviço militar e “sobre elas recaía o encargo familiar”. A maior parte das operárias possuíam apenas “a quarta classe [...] filhas de corticeiros, trabalhadores da construção civil, operárias como eles” (*idem*).

O caso Sogantal emerge como um dos mais notáveis na luta de mulheres operárias durante os dezenove meses de processo revolucionário, o que mais repercussão teve – fosse na imprensa local e diária, nos jornais da esquerda revolucionária ou na imprensa além-fronteiras. Ao lado de trabalhadores/as como os/as da Lisnave, Transportes Aéreos Portugueses (TAP), CTT, EFACEC, Setenave, as operárias da Sogantal ganharam amplo destaque devido ao tipo de resistência que encetaram, desafiando o patronato e colocando a propriedade privada em causa enquanto disputavam a preservação de seus trabalhos.

Esse processo de resistência vislumbrou romper a opressão feminina e representou um sinal de partida para outras lutas do mesmo jaez (ver Cabreira e Barradas 2019). Essas mulheres ousaram liderar greves, expulsar patrões, ocupar fábricas e muitas vezes adentraram em processos de autogestão. Ao nos referimos ao conceito de autogestão, estamos aludindo às ocupações de fábricas seguidas pelo encadeamento da produção (ou parte dela), incluindo não apenas a apropriação dos meios de produção, mas também a gestão de setores burocráticos da fábrica, como contabilidade, vendas e administração.

Com o objetivo de percorrermos as condições da fábrica e o processo de resistência desencadeado a partir de sua autogestão, utilizamos, metodologicamente, diversos títulos da imprensa, nomeadamente o *Jornal da Sogantal*, *Luta Popular*, *A Verdade*, *O Setubalense*, *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *Gazeta do Sul*, *A Verdade*, *Luta Operária*, *Folha Comunista*, *O 1º de Maio*, *Revolução*, *Voz do Povo* e *Combate*.

Dezenas de Comissões de Trabalhadores expressaram apoio à causa das operárias e associavam-se constantemente a elas, à “sua emancipação social”,³ quando buscavam a “conquista legítima, que tem em vista não só afirmar a sua força e coesão, mas também garantir a segurança de emprego e destruição ou desvio das

² *Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo*. Processo SETF/GSEF/008/0168, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16). Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa.

³ *Autogestão Revolucionária*, n.00, MARP, maio de 1974.

máquinas”.⁴ As referências são abundantes e as fontes de apoio também são diversas, abrangendo desde a esquerda radical à imprensa diária. Elas ocuparam páginas de jornais, participaram em rodas de conversa, comícios, concertos, entrevistas e espaços sociais que antes lhes eram restritos. Como afirmado pelas mulheres da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) em 1977, “nenhum pássaro voa só com uma asa. Nenhuma luta se faz sem as mulheres”.

2. “Não temos medo”: da exploração à luta

No documentário *O caso Sogantal*, produzido em 1974, o enredo se inicia com a narrativa da operária Lúcia P. Após realizar uma paralisação de hora e meia contra o ritmo de trabalho imposto, foi suspensa por quatro dias não remunerados, como castigo. O seu levante aconteceu logo no dia 25, quando proclamava: “não temos medo!” (Sousa e Palla 1974). A mobilização das operárias, em resposta à ruptura revolucionária foi imediata, sobretudo devido às condições precárias de trabalho, assédios frequentes na condução da rotina de produção e os baixos salários. A possibilidade de luta foi imediatamente agarrada.

No início de maio de 1974, elas reivindicaram aumento salarial de 1.250 escudos pagos em regime mensal e sem distinção de categoria – se aceite, alcançaria, no máximo 85% do futuro salário mínimo nacional, decretado em 27 do mesmo mês.⁵ Elegeram uma Delegada Sindical, juntamente com quatro operárias para a Comissão de Trabalhadoras.⁶ Essas representantes foram eleitas em Assembleia Geral no dia 20 de maio.⁷ Ao encontro do que afirma Canário, “estas comissões configuraram-se como órgãos autónomos das classes trabalhadoras, eleitos em plenários, revogáveis a qualquer momento instituindo-se como instrumento do exercício de uma democracia direta” (2018, 2).

A comissão apresentava um caderno reivindicativo à administração patronal, no qual argumentava ser um “declarado protesto pelos abusos de que temos sido alvos, e em face do constante aumento do custo de vida que se tem vindo a verificar nos últimos tempos, e sendo os nossos salários de uma minoria vergonhosa com o qual não podemos viver, mas sim sobreviver”.⁸ Entre outras reivindicações, aprovaram:

⁴ *Comunicado da comissão política sobre o decreto-lei da greve e lock-out*, panfleto do Partido Socialista, s.d. (CD25A).

⁵ Decreto-Lei n.º 217/74 de 27 de maio de 1974. *Diário da República*, n. 123. Presidência do Conselho de Ministros.

⁶ *Processos de indemnizações por nacionalização...*

⁷ Afirmavam que a Comissão tem “funções consultivas. As resoluções são tomadas por todas as trabalhadoras, não fazemos nada sem a opinião de todas” (*Revolução*, 14 de junho de 1974, n. 3).

⁸ *Processos de indemnizações por nacionalização...*

- i) o reconhecimento patronal das “escolhidas livremente pelo restante pessoal operário como representantes legais dos seus justos anseios, e a garantia de que não serão feitas represálias nas suas pessoas”;
- ii) permitir o acesso da delegada sindical a qualquer fonte informativa, dentro da empresa ou em “organismos oficiais competentes”, incluindo a gerência;
- iii) que vigorasse o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) e que a “hora de aleitação” fosse respeitada, mesmo sem ainda ter entrado em vigor o CCT;
- iv) tabelamento dos prêmios de produção, “não podendo no entanto serem aumentados os minutos actuais”;
- v) o pagamento de todas as diferenças de salários que se encontrassem por atualizar, tendo a administração o prazo de dois meses para o cumprimento desta medida;
- vi) melhores condições nas instalações da empresa, como o refeitório, a criação de uma sala de reuniões e confraternização; ficaria vedada a participação nestas reuniões ao patronato, à gerência e a todo o pessoal de hierarquia mais elevada, “salvo exceções”;
- vii) o pagamento do 13.º salário até ao dia 10 de dezembro a todas as trabalhadoras, sem distinções.⁹

O processo de luta transitou entre uma baixa de produção (acusada pelo patronato enquanto uma “greve”, como forma de deslegitimar o movimento), tentativas de negociação e a declaração de encerramento da fábrica, por falta de viabilidade financeira, de acordo com a direção da multinacional.

As operárias responderam imediatamente ocupando o espaço de produção fabril em 27 de maio e os escritórios no dia 30. No dia 6 de junho, após a recusa do pagamento referente à quinzena da baixa de produção, anunciaram a venda das peças já confeccionadas, e se recusavam a aceitar o encerramento da fábrica, pois, conforme declararam, “infelizmente, não conseguimos deixar de comer durante vários dias, e assim, não podemos esperar mais tempo”.¹⁰ Passaram a exercer o que João Bernardo chamou de “mercado de solidariedade”, em uma “organização colectiva de trabalho” (2004, 211). No dia 12 de junho o administrador abandona a fábrica e os salários atrasados não foram pagos.

A partir das fontes investigadas, concluímos que essas operárias se tornaram as pioneiras durante o período pela adoção de um modelo autogestionário. Essa presunção também ganha apoio a partir do que Palla escrevia em agosto de 1974: “a Sogantal foi o primeiro exemplo de uma autogestão espontânea, feita à margem dos esquemas tradicionais”; aquelas operárias “tomaram consciência dos seus problemas e da sua dupla condição de exploradas, como trabalhadoras e como

⁹ *Processos de indemnizações por nacionalização...*

¹⁰ *Porque vendemos?* Panfleto das operárias da Sogantal, s.d. (CD25A).

mulheres” (1979, 177); e na afirmação de João Bernardo de que “as operárias da Sogantal [foram] as primeiras a entrar em autogestão” (2004, 210). Em meados de junho, começaram a vender as peças e divulgaram comunicados para a comunidade, como o reproduzido na *Gazeta do Sul* (sediado e com forte cobertura no conselho do Montijo):

Este comunicado é feito para explicar à população, principalmente à que vive perto da Sogantal, o que se passou e passa na nossa fábrica. Já fomos acusadas de irreflectidas, crianças, precipitadas, etc. Nós não aceitamos essas acusações! Aquilo que fizemos foi feito conscientemente. Estamos a lutar pelos nossos direitos e ninguém nos pode censurar por isso. O encerramento da Sogantal é da *exclusiva* responsabilidade da entidade patronal. [...] Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, e em que o patronato se vê obrigado a pagar salários menos miseráveis, a LAMONT pretende encerrar as suas instalações em Portugal mostrando claramente que aqui apenas vinha buscar lucro fácil. [...] Desde já afirmamos a nossa disposição de lutar até final e não hesitaremos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras. *As operárias da Sogantal*.¹¹

A ocupação avança e as operárias recorreram ao Ministério do Trabalho propondo a nacionalização da fábrica com a reconversão da laboração sob uma nova gestão – desde que com a participação direta da Comissão de Trabalhadoras – ou, em alternativa, o pagamento de salários até que conseguissem encontrar outro emprego,¹² caso a fábrica permanecesse encerrada. Com essas medidas, as operárias inseriram a sua luta na onda reivindicativa de trabalhadoras/es e moradores/as que atravessou a primeira fase do período revolucionário, composta por uma “rede de movimentos que podem ter múltiplos padrões, elas consistem em diversos agrupamentos, organizações, indivíduos [...] entrelaçados de maneira variada em relações de cooperação e (algumas vezes) antagonismos” (Barker 2014, 9), como podemos constatar ao longo deste processo. Imprimiram à ocupação medidas imediatas pela sua sobrevivência, quando estavam na iminência de serem lançadas ao desemprego.

3. “Nunca vi despedirem o patrão”: a fábrica em autogestão

De acordo com a investigação conduzida por Durán Muñoz, durante os primeiros dez meses do período revolucionário, cerca de 580 empresas e fábricas esti-

¹¹ *Gazeta do Sul*, 15 de junho de 1974 (grifos originais).

¹² Sobre a primeira medida de “auxílio ao desemprego” adotada durante o período às trabalhadoras da Applied Magnetics, ver Cabreira 2024.

veram envolvidas em conflitos laborais diversos (2000, 142). No princípio do mês de agosto de 1975, Abadia relatou que aproximadamente 380 fábricas estavam operando sob o modelo de autogestão em todo o país (2010, 90). Pierre Victor observou que em 1975, mais de quinze mil trabalhadoras e trabalhadores estavam em autogestão,¹³ em dezenas de fábricas concentradas no setor têxtil, logo, predominava a presença de mulheres.

Embora várias fábricas têxteis tenham conseguido apenas dar continuidade à venda da produção já existente (muitas vezes como resultado da retirada ou sabotagem das máquinas pelo patronato), a iniciativa de divisão de tarefas, a igualização salarial e a experiência de luta foram imperativas para a conscientização das dinâmicas sociopolíticas subjacentes, logo, consideradas em processos autogestionários.

Na ausência de uma direção patronal, as operárias viram-se com todo o sistema produtivo em mãos, muitas vezes convertido em produtos que servissem melhor à população.¹⁴ Aqui, a dinâmica da autogestão predominava enquanto uma necessidade imperativa que possibilitou às mulheres e homens adentrar na prática e teoria, na relação direta entre experiência e consciência, no envolvimento de fenômenos políticos, sociais e económicos. Neste sentido, a prática autogestionária, ainda que exercida em determinadas “ilhas”, permitiu não apenas a participação, mas o protagonismo nas escolhas e envolvimento da produção, onde, nas lutas mais avançadas, buscou-se concretizar o que Henri Lefebvre distinguiu na capacidade de ação em “prioriza[r] as necessidades sociais formuladas, controladas e administradas por seus interessados” (2017, 140).

Caracterizadas por uma força de trabalho predominantemente jovem e feminina, anteriormente afastadas da esfera política, fosse institucional ou organizacional, essas operárias encontraram na espontaneidade do movimento uma ferramenta de luta, de reivindicação, de demonstração de força pelo direito ao trabalho e, com o avanço da organização, pelo questionamento da propriedade privada dos meios de produção. Afinal, “quando os trabalhadores tomam em suas próprias mãos as lutas, restituem a si mesmos um sentido global e humano: não pretendem apenas ganhar mais, porém viver de maneira diferente” (Guillerm e Bourdet 1976, 195).

Segundo Lefebvre, o exercício da criatividade através do trabalho é uma das principais ferramentas para desalienar e dar sentido a partir da originalidade conferida à ação de *trabalhar*. Para este autor, a autogestão é uma forma da espontaneidade revolucionária, e a experiência centra-se na prática social como um todo

¹³ *A Capital*, 12 de maio de 1975, n. 2532. Miguel Pérez aponta que 902 fábricas se encontravam em autogestão no ano de 1980 (2023, 183).

¹⁴ Exemplo deste processo pode ser encontrado na Casa Candidinha, em que converteram o fabrico de roupas de luxo em roupas casuais e a preços acessíveis, ou na Coorfel, de roupões de banho de luxo para atoalhados.

(2017, 137): “A experiência mostra [...] que associações gestonárias – em sua forma mais clara e interessante, chamada autogestão – aparecem nos pontos fracos da sociedade existente”. Para o autor, as fissuras existentes nos poderes sociais (institucionais ou não), podem ser ocupadas por iniciativas de grupos com capacidade de intervenção (*ibid.*, 138).

No caso português, podemos fazer um paralelo com a fuga do patronato em dezenas de fábricas, proporcionando uma fissura no poder estabelecido em certos setores e na força de trabalho, efetivamente mais “fracos” no elo produtivo, onde as ocupações demonstraram que a relativa espontaneidade operária¹⁵ fez surgir formas criativas no pleito pelo direito ao trabalho e à ampla reivindicação de condições de vida. Esta conjunção demonstra uma relação entre as Comissões de Trabalhadores – enquanto órgãos de poder organizado muitas vezes com mais ação mobilizadora que os próprios sindicatos – e outras estruturas exteriores às fábricas.

O caso da Sogantal foi utilizado por Reeve (2019) para descrever e esmiuçar o conceito de autonomia operária. Descrevia o autor que “as ações directas de expropriação de bens e de venda de produtos foram acompanhadas nalguns casos de experiência de igualização dos salários e de rotação das tarefas, e mesmo, por vezes, de tentativas de troca de bens entre as empresas ocupadas” (*ibid.*, 241). Nesta luta, as trabalhadoras decidiram que a “Assembleia Geral” seria o órgão soberano de decisão, onde se discutiriam os problemas da vida quotidiana e as soluções necessárias para serem postas em prática.¹⁶ Além disso, as posições eram revogáveis a qualquer momento, e buscavam implementar uma alternância “para que todas as operárias, num sistema rotativo, venham a pertencer às comissões”.¹⁷ A decisão de ter o trabalho rotativo em todas as funções, onde cada uma delas pudesse compreender a cadeia do processo de produção e venda, reflete um dos princípios fundamentais da autogestão, conforme delineado por Castoriadis (1983, 220). De acordo com esse princípio, todos/as os/as envolvidos/as devem ter conhecimento abrangente da situação em que operam, permitindo que tomem decisões com pleno entendimento da realidade global. Essa abordagem contribuiu para promover a participação informada e ativa dessas operárias, dando significado às reivindicações enquanto ferramenta de mobilização sociopolítica.

¹⁵ Dizemos “relativa espontaneidade” porque, embora possa parecer inerentemente livre de restrições, é suscetível a ser moldada por condições sociais específicas. Conforme observado por Thompson, a espontaneidade não se manifesta como um fenômeno isolado, mas é intrinsecamente influenciada por diversos pressupostos relacionais, que se enraízam nas condições de vida e trabalho daqueles que a protagonizam. Mais concretamente, amparam-nos em sua visão crítica sobre a noção de *experiência, consciência e espontaneidade* (1981, 16).

¹⁶ *Folha Comunista*, agosto de 1974, n. 23.

¹⁷ *Folha Comunista*, agosto de 1974, n. 23.

Nessa dinâmica, uma encarregada foi “posta a correr”, rompendo com o que chamaram de “dois partidos: o das encarregadas e o das operárias”.¹⁸ Uma outra aceitou permanecer na fábrica, porém, seguindo a diretiva de que devia “trabalhar à máquina”,¹⁹ recebendo o mesmo salário que as demais operárias.

Em agosto de 1974, organizaram uma campanha pela venda de “1.000 fatos de treino”. Narraram que, durante o mês de julho, receberam “grande apoio da população em geral, estando já vendidos centenas de fatos, o que garantiu até agora os nossos salários. A venda têm-se feito não apenas em Lisboa e arredores, mas também em Setúbal, Porto, Faro, Marinha Grande, etc.” Além disso, afirmavam que a “nossa campanha tem como fim uma maior divulgação da luta entre os trabalhadores”,²⁰ uma forma de aproximação não apenas pela solidariedade operária, mas também na troca de experiências.

4. Reinterpretar a realidade, construir a ação

“O nosso jornal é pequeno, mas é grande a nossa luta!”. Assim era anunciado em finais de julho o primeiro número do *Jornal da Sogantal*,²¹ escrito pelas próprias operárias, estabelecendo um espaço para a autodeterminação da luta que protagonizaram. Em uma quadra, explicavam: “Ele é feito por toda a gente / Com grande satisfação / Quem não está nada contente / É o nosso ‘querido’ patrão”.²² O jornal foi distribuído para reprodução em outros periódicos como o *Combate* ou a *Força Operária* e, ao mesmo tempo, criaram um jornal mural para servir como divulgação no interior da fábrica.

Ademais, explicavam através deste meio o funcionamento da fábrica durante a ocupação. Relatam que no início terminaram de produzir os fatos com o material que ainda possuíam e, posteriormente, apenas reparavam determinadas peças e detalhes que lhes faltavam; posteriormente, faziam o controle do estoque e a sua venda. Formaram grupos de trabalho com atividades estabelecidas, como o próprio *Jornal*; o grupo para os “tempos livres na ocupação” (onde já haviam debatido os “movimentos de libertação”); discussão sobre o funcionamento dos sindicatos; o grupo rotativo do escritório; e, por fim, o grupo de vendas. Explicavam que o “jornal de parede” era livre para que todas pudessem colocar suas ideias ou relatarem lutas em outras fábricas. “É necessário que nos conheçamos uns aos outros, que tenhamos conhecimento das lutas de todos nós e que nos apoiemos mutuamente pois só com a união poderemos vencer”. Sublinhavam que, “mesmo sem

¹⁸ *Combate*, 21 de junho de 1974, n. 1.

¹⁹ *Combate*, 21 de junho de 1974, n. 1.

²⁰ *Sogantal: a nossa luta continua*. Panfleto, s.d. (CD25A).

²¹ *Jornal da Sogantal*, 1974, n. 1 e n. 2, s.p. (CD25A).

²² *Jornal da Sogantal*, 1974, n.1, s.p. (CD25A).

patrões nós conseguimos mantermo-nos unidas e organizadas, ao mesmo tempo que vamos pagando a nós próprias os salários sem os quais não poderíamos viver e que os nossos patrões se recusaram a pagar”.²³ Publicaram neste número uma nota de apoio escrita por estudantes e outros trabalhadores/as à luta das operárias, bem como um poema e a reivindicação ao Ministério do Trabalho para a resolução do problema.

Após a tentativa do grupo Lamont em retirar os materiais e maquinaria da fábrica, em 24 de agosto de 1974, a ocupação e as vendas dos fatos de treino tornaram-se mais cristalizadas. O enfrentamento determinante dessas operárias deslocou, em diversas situações, a bússola da resposta e do papel que assumiram para si. As respostas que se seguiram foram sublinhadas na manutenção da ocupação e na constante reiteração de que “os patrões afirmam que o que está dentro das fábricas [é] deles, mas também é nosso, porque fomos nós que produzimos”.²⁴

Utilizaram a imprensa para apelar à solidariedade de outros/as trabalhadores/as. As respostas vieram de várias frentes, não apenas no elo direto entre fábricas e sindicatos, mas também nas relações estabelecidas com a vizinhança, comissões de moradores, coletividades recreativas e agentes culturais. De acordo com Dias Pereira, “é nos períodos de agitação social que se torna mais inteligível a densidade sociológica do quotidiano e se vislumbra a eficácia das redes de solidariedade germinadas” (2014, 26), o que nos parece ainda mais sublinhado tratando-se de um período revolucionário. A importância da vida cotidiana na luta fabril influenciou as práticas constitutivas de buscar e oferecer apoio, organizando práticas sociais que permearam a luta revolucionária. Pode-se afirmar que esse movimento foi construído a partir de uma “identidade de experiências e práticas” (Souza-Lobo 2011, 227), mesmo quando incipientes.

Durante o ano de 1975, a venda e a administração da fábrica foram mantidas em processo de autogestão. Amalgamaram o trabalho com atividades culturais. Em 29 de maio deste ano, encenaram a peça “Teatro Sogantal”, escrita pelo estudante de dramaturgia Francisco Albuquerque em conjunto com um grupo de operárias da fábrica (Tilhou 2007, 24). A apresentação ocorreu na praça de touros do Montijo e visava ilustrar como eram tratadas pela administração e pelas encarregadas, além de mostrar como a vida dentro da fábrica se transformou após a ocupação.

Em um comunicado sobre o evento, as operárias afirmaram que se tratava de uma manifestação para “abrir um golpe profundo no capital e na burguesia portuguesa e internacional e abrir simultaneamente o caminho a outros trabalhadores para o avanço da tomada revolucionária do poder pela classe operária”; apelavam que as pessoas se organizassem “na tua empresa, escola, bairro, excursões e vem

²³ *Jornal da Sogantal*, 1974, n. 2 (CD25A).

²⁴ Palla, Maria Antónia. *O caso Sogantal: Comando civil para ‘divórcio’ laboral*, s.d. (CD25A, recortes de imprensa).

até nós [...] tudo enfim que é do povo e para o povo, para que todos unidos façamos deste dia uma grande festa”.²⁵

A luta reivindicativa das operárias da Sogantal materializou-se em diferentes dinâmicas. Após o episódio amplamente noticiado da tentativa de retirada de materiais da fábrica pelo patronato, o desenvolvimento da ocupação pelas operárias tornou-se um exemplo de luta. Informações como locais das vendas dos fatos de treino e detalhes sobre reuniões e entrevistas eram frequentemente divulgados pelos jornais. Embora o acompanhamento da luta tenha sofrido uma queda brusca, após o início de 1975, por este meio de comunicação, a presença na fábrica manteve-se até meados de 1976.

Sob o domínio do que é *visível*, as operárias vivenciaram a ocupação como experiência de luta, um espaço de troca de ideias, compartilhamento de cuidados, discussões políticas e intervenções culturais. Relacionaram sua identidade com o que produziam, como produziam e para quem forneciam o produto final do seu trabalho. Como afirmou Weil, “as reivindicações tiveram um papel menos relevante na ocupação das fábricas do que a necessidade de aí se sentirem pelo menos uma vez em casa” (2022, 21).

5. “Todas ou nenhuma!”: as relações de gênero

Em uma entrevista ao jornal *A Voz do Trabalhador*, as trabalhadoras da fábrica têxtil Charminha – que estiveram em franca troca de experiências com as operárias da Sogantal – declaravam suas convicções sobre a especificidade de serem mulheres, no contexto da ocupação e autogestão da fábrica: “De facto, as mulheres têm tido até hoje as mesmas responsabilidades que os homens, até mais, por exemplo, na vida caseira, e têm sido muito mais mal pagas. As mulheres deveriam ser igualladas ao homem [...] porque afinal, as funções são iguais, as responsabilidades são as mesmas, mas os ordenados não”, ou, ainda, “até agora, as pessoas viviam num total desconhecimento do que é a política. Deveria haver uma maior informação... concordo que a mulher deve tomar parte activa na vida política do país”.²⁶ Ao mesmo tempo, a dicotomia entre a teoria e a prática substanciada sob o peso da opressão é clara neste processo. Se acreditavam na *igualdade* problematizando o duplo peso do trabalho reprodutivo, por outro, diziam que na Charminha “a maioria é casada e tem marido e filhos. Quando há comícios ou qualquer coisa só vão duas ou três, *ninguém pode ir*”. A ênfase no *poder*, que pressupõe autorização, demonstra uma renúncia ao enfrentamento patriarcal ao nível individual, reflexo de uma mordada aparentemente mais intransponível.

²⁵ *Sogantal a luta continua*. Panfleto, s.d. (CD25A).

²⁶ *A Voz do Trabalhador*, agosto de 1974, n. 8.

No contexto da Sogantal, observa-se um relato mais detalhado sobre a influência da ocupação na vida doméstica, onde apontavam que pela primeira vez puderam “dormir fora de casa, fumar um cigarro e fazer o que nos apetecia”.²⁷ Essas liberdades recém-adquiridas indicam uma transformação na rotina das operárias, que passaram a experimentar maior autonomia sobre suas vidas pessoais, ao menos durante o período de luta. Além disso, há relatos sobre a divisão das tarefas domésticas, evidenciando ainda que muito brevemente uma reflexão sobre os papéis tradicionais de gênero.

Os enfrentamentos e divergências também são assumidos. De acordo com relatos das próprias operárias, “muitas tiveram conflitos, sobretudo com os pais”.²⁸ Maria dos Prazeres narrava que,

ultimamente tem sido necessário deslocar-me mais vezes e por mais dias... agora fui ao Algarve, em princípio esperava demorar só três dias, mesmo assim foi bastante difícil que os meus pais me deixassem ir, demorei mais tempo, uma semana e a minha mãe chegou a vir cá, procurar-me à fábrica, fartou-se para aí de falar, de ralar, e eu agora depois de vir do Algarve ainda não fui à casa, não sei bem como estão as coisas. Agora vou ver quais são os resultados de tudo o que se passou... se vou receber uma grande reprimenda ou não...

Segundo Faria, de acordo com os eventos desencadeados na Sogantal, “os trabalhadores, em determinados momentos e sob condições específicas, rompem com as estruturas e as formas de relacionamento social baseadas na hierarquia, na autoridade e na concorrência, para colocarem em prática, de forma generalizada, relações sociais de tipo novo, pautadas na solidariedade, no igualitarismo e no coletivismo” (2018, 77). Em entrevista ao jornal *Catarina*, as operárias contavam como era a experiência de algumas delas com a família. Demonstravam que, com o diálogo e a demonstração do que enfrentavam e como o faziam, passaram a obter um apoio que antes parecia impossibilitado pelas concepções sobre o lugar social destas jovens mulheres.

[Operária]: Umás vêm. As que não vêm é porque os pais ou o marido não as deixam vir para cá à noite. Algumas também se encontram de férias.

[Entrevistadora]: Como reagiram os vossos pais e maridos?

[Operária]: O meu marido tem vindo cá ficar, assim como os maridos, mães e pais de muitas. Os nossos não nos puseram problemas. Compreenderam que não só temos razão e ajudam-nos para que continuemos a nossa luta. Se todas tivessem a compreensão das famílias seria melhor. *Chegou a vir cá uma mãe bater na filha e nós já tínha-*

²⁷ Excerto retirado de entrevista semi-diretiva com três ex-operárias da Sogantal cedida à autora em novembro de 2018, Montijo, Portugal.

²⁸ Fala da operária Fernanda Cardoso. *O caso Sogantal: Comando civil para 'divórcio' laboral*, Maria Antónia Palla, em “recortes de Imprensa”, s.d. (CD25A).

mos falado com ela fazendo-lhe compreender que andávamos a vender os fatos só para obtermos os nossos salários e como era justa a nossa luta.

[Entrevistadora] E como refletem sobre a vossa luta, travada apenas por mulheres?

[Operária]: Eu acho que a mulher tem tanta força como o homem. É mais explorada do que ele no trabalho e quando chega a casa continua a ser explorada: ela tem de tratar de tudo.²⁹

Ainda que sob o jugo e controle moral de algumas famílias, é a partir do paralelismo entre luta política e reconhecimento por membros familiares que essas operárias desdobraram sua posição reivindicativa, aprofundando-se no que Rosa Luxemburgo considerou como a “escola política viva” (1974, 36). A experiência na luta pela autogestão não apenas as levou a uma tomada de consciência política, mas também teve repercussões nas dinâmicas familiares, no questionamento da condição feminina. Na oportunidade revolucionária, confrontaram a noção de Arruzza de que “a trabalhadora é antes de tudo um corpo que vive e pensa, submetido a formas específicas de disciplina que a remodelam” (2015, 39). Afirmava uma operária que “não tínhamos consciência política. Assim que começámos a luta apercebemo-nos de muitas coisas que não nos passavam pela cabeça anteriormente. [...] Algumas de nós tiveram problemas com os pais, maridos ou namorados e foram obrigadas a impor-se para continuarem a luta”.³⁰

Essa *luta* não ficou confinada ao espaço fabril, mas reverberou em outros aspectos de suas vidas, desafiando hierarquias existentes, mesmo quando “a sociedade aceita que o trabalhador lute contra o patrão. Mas vê com desagrado que a mulher se rebelde contra o marido, os filhos contra o pai” (Palla 1979, 192). Essa intersecção entre a esfera política e as dinâmicas familiares, que são flutuantes e tênues, reflete a complexidade das transformações ocorridas durante esse período. Para Barradas (2024), o mais importante neste processo “é que os períodos revolucionários têm um papel único em dar passos para afrouxar a subjugação da mulher, porque elas próprias, aproveitando o momento de desordem e abertura, se sentem impelidas a ocupar posições de vanguarda na luta pelos seus direitos”.

Considerações finais

A luta desencadeada na Sogantal tornou-se um referencial para trabalhadoras que se viram diante a fuga do patronato após a ruptura revolucionária, advinda com o 25 de Abril de 1974. A troca de experiências entre algumas empresas do setor têxtil sobre as medidas e formas de organização a serem adotadas foram compartilhadas em comícios, reuniões, jornais e mesas-redondas, com operárias da Algot,

²⁹ *Catarina*, novembro de 1974, n. 1.

³⁰ *Diário de Lisboa*, 3 de setembro de 1974.

Charminha, Ornitex, Texmalhas, para citar algumas. Nas palavras das trabalhadoras da Naturana, “os patrões aliaram-se e nós estamos aliadas também”.³¹

Essas ações de solidariedade entre fábricas foram acutilantes em seu teor político e na capacidade de mobilizar, confrontar e reforçar demandas. Podemos inferir que, sobretudo nos casos em que as ocupações evoluíram para processos de auto-organização e autogestão, a dicotomia entre a espontaneidade e a consciência possibilitou rupturas significativas com as noções convencionais de direitos das trabalhadoras. Por essa razão, nos espaços que passaram a ocupar, elas colocaram em causa a noção de propriedade privada dos meios de produção enquanto resposta imediata à necessidade reprodutiva da vida, que fora, paulatinamente, acrescida sobre as operárias, tratando-se de uma relação causal entre espaços de *experiência* e de *espontaneidade*.

Na luta das operárias da Sogantal, a prática da autogestão como forma de resistência traduziu-se precisamente nesse quadro. Ao se depararem com a declaração de encerramento, tomaram em suas próprias mãos o processo de luta, adotando uma abordagem fundamentada na divisão igualitária de tarefas e de remuneração, na tomada de decisões por meio de assembleias e em eleições revogáveis. Ademais, a solidariedade entre as trabalhadoras e trabalhadores desempenhou um papel crucial nessa e noutras resistências, envolvendo arrecadação de fundos a partir de donativos, sistematização de cabazes alimentares, organização de eventos, encenações de peças, recitais de poesia.

Se estavam sumariamente excluídas das políticas de intervenção estatal devido às fábricas serem maioritariamente de capital estrangeiro, logo, excluídas das nacionalizações e intervenções diretas do Estado, essas operárias procuraram formas próprias de luta, resistência e manifestação. Essa experiência foi desenvolvida por meio da ação prática das próprias trabalhadoras.

Entre esses espaços de luta há um movimento dialético que envolve o *conflito* entre a liberdade de poder se manifestar e a opressão sobre as expectativas de género implicadas sobre elas, uma relação intrínseca e *contraditória*. Essa contradição se manifesta na tensão entre as possibilidades abertas para a participação ativa nos espaços sociais e a persistente pressão exercida sobre a função do trabalho reprodutivo, que, muitas vezes, suplantou essa *liberdade* face à construção sociopolítica.

Essa opressão, de carácter sistémico e patriarcal, sobrepesou de todas as formas e ao longo de gerações a naturalização de um papel social para as mulheres. Essa contradição, portanto, operou, tanto nas conquistas objetivas, quanto nas conquistas subjetivas, especialmente para as próprias agentes dessa história, que estavam relacionadas ao reconhecimento do trabalho reprodutivo e ao papel social da mulher trabalhadora. Para essas operárias, erguer a voz ao patrão, expulsá-lo e contestar o seu direito à propriedade privada era muitas vezes mais viável do que

³¹ *Voz do Povo*, 03 de setembro de 1974, n. 5.

contestar o seu papel tradicional de mãe, esposa e trabalhadora do lar. Confrontar o padrão era mais aceitável do que se impor ao marido, ainda que muitas o tenham feito. Esse movimento contestatório, não obstante, não foi realizado metodicamente nas fábricas onde elas eram a maior força de trabalho. Parece-nos que, nessa dicotomia, há um recorte de classe sobre quem integrou e manteve-se na luta, fosse nas organizações feministas que daí surgiram, ou nos partidos políticos e associações diversas. Essa é uma consideração que merece mais fôlego, mais espaço para a discussão, mais reflexão conjunta e transdisciplinar.

Ernst Bloch inaugurou o conceito do *ainda não*, de relacionar a filosofia à possibilidade futura de um “querer fazer” (2005, 50), “entre o ser e o nada, que funda o princípio de esperança” (Nascimento 2008, 34), da utopia enquanto uma parte estrutural na história da humanidade (Vieira 2007). Se é possível vislumbrar que o que ainda não existe pode ser melhor do que o real presente, passamos ao dever de se ter esperança, de conectar subjetividades a uma “consciência emancipatória” (Nascimento 2008, 34). Paulo Freire já afirmava que era “esperançoso não por teimosia, mas por imperativo existencial” (2003, 11), e assim também o foram milhares de trabalhadoras e trabalhadores que almejaram através da organização autônoma, de reivindicações específicas e que questionaram e colocaram em prática relações diretamente associadas às suas vidas, um vislumbre de um novo possível.

Agradecimentos

Agradecimento ao financiamento da investigação pela CAPES/Doutorado Pleno, Processo n.º 88881.129278/2016-01, e à FCT UI/BD/150943/2021.

Conflito de interesses

A autora declara não existirem conflitos de interesse.

Referências bibliográficas

- Abadia, Danúbia Mendes. 2010. “O Jornal *Combate* e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978).” Dissertação de mestrado em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- Arruzza, Cinzia. 2015. “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo.” *Revista Outubro* 23: 34-58.
- Barker, Colin. 2014. ““O movimento como um todo’: ondas e crises.” *Revista Outubro* 22: 5-34.
- Barradas, Ana. 2024. “As mulheres e o PREC.” *Viva o PREC*. Disponível em <https://vivaoprec323184287.wordpress.com/2024/06/05/as-mulheres-e-o-prec/>

- Bloch, Ernst. 2005. *O Princípio esperança*, Vol. I. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Cabreira, Pâmela, e Ana Barradas. 2019. "Operárias da Sogantal em luta (1974-1976)." *Blog Bandeira Vermelha*, 5 de janeiro. Disponível em <https://bandeiravermelhablog1.wordpress.com/2019/01/05/operarias-da-sogantal-em-luta-1974-1976/>
- Cabreira, Pâmela P. 2024. "Women workers in the 25th of April: labour struggles in electronic components factories in 1974." *Cadernos do Arquivo Municipal* 21: 1–18. DOI: <https://doi.org/10.48751/CAM-2024-21336>
- Canário, Rui. 2018. "Prólogo I." In *Cenários da autogestão em Portugal: o processo revolucionário em curso (1974-1975)*, organizado por Lia Tiriba, Maurício Faria, e Henrique Novaes, 1-5. Uberlândia: Navegando Publicações.
- Castoriadis, Cornelius. 1983. *Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo*. Tradução de Milton M. Nascimento e Maria das Graças S. Nascimento. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Dejours, Christopher. 2011. "'Trabalhar' não é 'derrogar'." *Laboreal* 7(1): 1-7. DOI: <https://doi.org/10.4000/laboreal.8354>
- Durán Muñoz, Rafael. 2000. *Contención y Transgresión. Las movilizaciones Sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Faria, Maurício S. 2018. "A autogestão no processo revolucionário português (1974-1975)." In *Cenários da autogestão em Portugal: o processo revolucionário em curso (1974-1975)*, organizado por Lia Tiriba, Maurício Faria & Henrique Novaes, 51-87. Uberlândia: Navegando Publicações.
- Freire, Paulo. 2003. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Guillerm, Alain, e Yvon Bourdet. 1976. *Autogestão. Uma mudança radical*. Tradução de Hélio Pólvora. São Paulo: Zahar Editores.
- Kergoat, Danièle. 2018. *Lutar, dizem elas...* Tradução de Eliana Aguiar. Recife: Edições SOS Corpo.
- Lefebvre, Henri. 2017. "Problemas teóricos da autogestão." *GEOgraphia* 19 (41): 135-141. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41.a13824>
- Luxemburgo, Rosa. 1974. *Greve de massas, partidos e sindicatos*. Tradução de Rui Santos. Coimbra: Centelha.
- Nascimento, Cláudio. 2008. "Autogestão: economia solidária e utopia." *Otra Economía* 2(3): 27-40.
- Palla, Maria Antónia. 1979. *Só acontece aos outros. Histórias de violência*. Lisboa: Bertrand.
- Pereira, Joana Vida de Azevedo Dias. 2014. "A produção social da solidariedade operária: O caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1910)." Tese de Doutoramento em História. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Pérez Suárez, Miguel Ángel. 2023. *Abaixo a exploração capitalista! Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*. Lisboa: Tigre de Papel.
- Reeve, Charles. 2019. *O socialismo selvagem. Ensaio sobre a auto-organização e a democracia directa nas lutas de 1789 até aos nossos dias*. Tradução de Luís Leitão. Lisboa: Antígona.
- Souza-Lobo, Elisabeth. 2011. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Thompson, Edward P. 1981. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Tilhou, Nadejda. 2007. “‘Os retalhos da minha vida’: Un entretien filmé avec Fernanda Cardoso, ancienne porte-parole des ouvrières de la Sogantal (Portugal 1974-1976).” *Arquivos da Memória. Temas e Problemas em Antropologia* 1: 22-30.
- Vieira, Antonio Rufino. 2007. “Princípio esperança e a ‘herança intacta do marxismo’ em Ernst Bloch.” In *Anais do 5º Colóquio Internacional Marx-Engels*. Campinas: CEMARX/Unicamp.
- Weil, Simone. 2022. *Experiência da vida de fábrica*. Tradução de João Maria Lourenço. Prior Velho: Paulinas Editora.

Fontes

- A Capital*, 12 de maio de 1975, n. 2532.
- A Voz do Trabalhador*, agosto de 1974, n. 8 (CD25A).
- Autogestão Revolucionária*, n.00, MARP, maio de 1974.
- Bernardo, João. 2004. “Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial.” In *O Futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*, organizado por Francisco M. Rodrigues, 207-213. Lisboa: Edições Dinossauro.
- Catarina*, novembro de 1974, n. 1.
- Comunicado da comissão política sobre o decreto-Lei da greve e lock-out*, panfleto do Partido Socialista, s.d. (CD25A).
- Diário de Lisboa*, 3 de setembro de 1974.
- Folha Comunista*, agosto de 1974, n. 23.
- II Encontro Nacional da UIMAR – União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias*, 4 de dezembro de 1977, Lisboa (CD25A).
- Jornal da Sogantal*, 1974, n. 1 (CD25A).
- Jornal da Sogantal*, 1974, n. 2 (CD25A).
- O caso Sogantal: Comando civil para ‘divórcio’ laboral*, Maria Antónia Palla, em “recortes de Imprensa”, s.d. (CD25A).
- Revolução*, 14 de junho de 1974, n. 3.
- Sogantal: a nossa luta continua*. Panfleto, s.d. (CD25A).
- Sousa, Antónia de, & Maria Antónia Palla. 1974. *O Caso Sogantal*. Realização Cinequipa, RTP 1. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-caso-sogantal/>
- Voz do Povo*, 03 de setembro de 1974, n. 5.

Pâmela Cabreira. Graduada em História pela UFRRJ com um período de estudos na Universidade do Porto (2014). Mestre em História Social pelo programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ (2015-2017) e em Ensino de História pela Universidade de Lisboa. Doutorada em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa/FCSH. Atualmente é investigadora no IHC e é cofundadora do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho (NOVA). É professora de História no Agrupamento de Escolas Aqua Alba Mira Sintra.

Artigo recebido em 18 de junho de 2024 e aceite para publicação em 6 de setembro de 2024.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Cabreira, Pâmela. 2024. "Autogestão durante o período revolucionário português: o caso das operárias na fábrica Sogantal (1974-1976)." *ex æquo* 50: 75-92. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.50.06>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Cabreira, Pâmela (2024). Autogestão durante o período revolucionário português: o caso das operárias na fábrica Sogantal (1974-1976). *ex æquo*, 50, 75-92. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.50.06>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

